

Decreto regulamenta troca de indexador de dívidas dos municípios com a União

O governo federal publicou, no dia 29 de dezembro, o Decreto nº 8.616/2015. O texto dispõe sobre os requisitos exigidos para que os municípios façam a adesão à troca do indexador das dívidas entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios. [Pág. 4](#)

Sophie Robichon



COP 21: prefeitos se unem para enfrentar aquecimento global

Durante a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21), autoridades internacionais reconheceram a importância dos governos locais para o enfrentamento do aumento da temperatura na Terra. Prefeitos brasileiros participaram dos debates em Paris (França). [Págs. 6 e 7](#)

Cofix aprova projetos de financiamentos externos aos municípios

A Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), aprovou, no final de 2015, 14 projetos de financiamentos externos para estados e municípios. A medida atende a uma reivindicação da FNP. [Pág. 3](#)

Comissão do Senado mantém limite do ISS em R\$ 3,6 milhões no Simples

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal manteve o limite anual do Simples Nacional em R\$ 3,6 milhões para recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS), em reunião, no dia 8 de dezembro, para análise do Projeto de Lei de Câmara (PLC) 125/2015. [Pág. 3](#)

Lei estipula novo prazo para parcerias com ONGs

O Diário Oficial da União (DOU), do dia 15 de dezembro publicou a sanção presidencial da lei que estabelece as novas regras das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). [Pág. 10](#)

PEC dos Precatórios avança no Congresso

Após um forte trabalho de mobilização da FNP, a Câmara dos Deputados aprovou no dia 15 de dezembro, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 74/15, que muda o regime especial de pagamento de precatórios. [Pág. 3](#)



Paulo Oliveira / FNP

Prefeito de Mariana busca apoio para cidades atingidas por desastre

O prefeito de Mariana (MG), Duarte Júnior, vice-presidente de Desastres Ambientais da FNP, foi a Paris (França) participar de reuniões com instituições internacionais em busca de apoio técnico para enfrentar, nas cidades atingidas, as consequências do rompimento da barragem. [Págs. 6 e 7](#)

{ EDITORIAL }

Um novo ano de muito trabalho

O ano de 2015 foi marcado pela instabilidade econômica e política no Brasil e no mundo. Nos municípios, foi um período de retração econômica e de dificuldade de investimentos. O enfrentamento desse quadro vem sendo motivo de enorme preocupação, trabalho e algumas conquistas da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Diante desse cenário e com a perspectiva de que 2016 também não será um ano fácil, os prefeitos e prefeitas renovam as esperanças e estão empenhados na retomada do crescimento, do desenvolvimento e da geração de emprego nas cidades.

O novo ano será de desafios e a FNP aposta na união de esforços e no trabalho coordenado dos prefeitos e prefeitas para recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento. Para isso, a entidade organizará duas Reuniões Gerais e também prepara o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, que será realizado em abril de 2017, em Brasília. Esses eventos são oportunidades de compartilhamento de experiências e debates sobre os temas e problemas que mais afetam as cidades.

A FNP deseja um ótimo ano novo a todos e que em 2016 a união e o trabalho coordenado possam trazer importantes conquistas para melhorar a vida nos municípios.

MPF divulga ranking dos portais da transparência

O Ministério Público Federal (MPF) divulgou no dia 9 de dezembro o Ranking Nacional dos Portais da Transparência. A classificação é resultado da avaliação dos portais de transparência de 5.568 municípios e de 26 estados brasileiros, além do Distrito Federal, que considerou aspectos legais e

boas práticas.

Duque de Caxias, Macaé, Niterói e Nova Iguaçu, situados no estado do Rio de Janeiro; Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, localizados no Rio Grande do Sul, foram apontados como os municípios referência de transparência quanto ao acesso à informação.

Em casos de irregularidades, o MPF expediu mais de 5 mil recomendações, com um prazo de 120 dias para que as prefeituras se regularizem. Após esse prazo, nova avaliação será realizada no período de 11 de abril a 9 de maio deste ano. Caso as irregularidades continuem, ações civis públicas serão ajuizadas em junho ■

Consórcios já podem se filiar à FNP

Desde 11 de dezembro, está aberta à adesão, também, de consórcios públicos à FNP. Na data, os prefeitos de Belo Horizonte (MG) e presidente da entidade, Marcio Lacerda, e de Embu das Artes (SP) e vice-presidente de Consórcios Públicos, Chico Brito, convidaram os demais prefeitos e prefeitas da diretoria da FNP a filiarem os consórcios dos quais seus municípios são membros.

Os consórcios públicos filiados terão apoio do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalis-

mo (OCPF), uma iniciativa da FNP com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Caixa Econômica Federal que tem como missão acompanhar, refletir e disseminar conhecimento sobre a agenda e os desafios do consórcio público no Brasil.

A possibilidade de filiação de consórcios públicos à FNP é uma novidade fruto de aprimoramento do estatuto e estrutura de governança da entidade. O objetivo é promover o avanço de políticas públicas de caráter regional e metropolitano e ar-

ticular os atores federais e estaduais envolvidos com a agenda estratégica da cooperação interfederativa.

O valor anual da contribuição é de R\$ 6 mil, ou R\$ 1,5 mil trimestral, conforme estabelecido pela diretoria da FNP na 67ª Reunião Geral, realizada em abril de 2015, durante o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS).

Os modelos, documentos e orientações necessárias para a filiação de consórcios públicos à FNP estão disponíveis para download no site www.fnp.org.br ■

Sebrae promove o Prêmio Prefeito Empreendedor



Para reconhecer, valorizar e divulgar ações empreendedoras que servem de exemplo e estímulo ao surgimento de novos negócios, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) promove premiações voltadas a empreendedores, empresas, associações e administrações públicas.

Um dos mais importantes prêmios do Sebrae, o Prefeito Empreendedor, chega a sua 9ª edição, homenageando gestores que tenham implantado projetos com resultados comprovados de estímulo ao surgimento e ao desenvolvimento de pequenos negócios e à modernização da gestão

pública, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento econômico e social do município.

Cada município poderá inscrever até dois projetos na premiação, sendo um em cada uma das seguintes categorias: Melhor Projeto; Implementação e Institucionalização da Lei Geral; Compras Governamentais de Pequenos Negócios; Desburocratização e Formalização; Pequenos Negócios no Campo; Inovação e Sustentabilidade; Municípios Integrantes do g100 e Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária.

Acesse o site www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br e saiba como participar ■

Orçamento do Bolsa Família para 2016 é aprovado sem cortes

Sem o corte de R\$ 10 bilhões no orçamento do Bolsa Família para o ano de 2016, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou no dia 16 de dezembro a proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/15). A manutenção do valor em R\$ 28,1 bilhões atende a uma reivindicação da FNP.

Preocupados com o impacto recessivo que seria gerado com a diminuição do valor destinado ao programa, os prefeitos de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP e Carapicuíba (SP),

Sergio Ribeiro, vice-presidente do g100, encaminharam, no dia 14 de dezembro, um ofício ao deputado Ricardo Barros, relator na CMO, pedindo que reconsiderasse a redução.

O apelo dos prefeitos foi no sentido de sensibilizar quanto à importância do programa, principalmente para os municípios mais vulneráveis. Em termos gerais, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de outubro de 2013, cada R\$ 1 investido no Bolsa Família gera, em média, R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB). Consi-

derando esses números, o corte de R\$ 10 bilhões causaria um déficit de R\$ 17,8 bilhões na economia do país.

De acordo com o governo federal, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família em todo o Brasil.

Proposta orçamentária - O PLN 7/15 prevê despesas da ordem de R\$ 3 trilhões no próximo ano e foi elaborado prevendo o superávit primário de R\$ 24 bilhões para o governo federal. Para estados, Distrito Federal e municípios o valor é de R\$ 6,5 bilhões ■

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). 1º Vice-presidente Nacional: Fernando Haddad (prefeito de São Paulo - SP). 2º Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente de Relações Internacionais: Luciano Rezende (prefeito de Vitória - ES). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Vice-presidente assuntos das Regiões Metropolitanas: Jonas Donizette (prefeito de Campinas - SP). Vice-pres. para assuntos das Cidades Inteligentes: Geraldo Júlio (prefeito de Recife - PE). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). 1º Secretário: Arthur Virgílio (prefeito de Manaus - AM). 2º Secretário ACM Neto (prefeito de Salvador - BA). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Livia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 - CEP: 70340-910 - Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 6/01/2016.

Aprovados projetos de financiamentos externos aos municípios

A Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), aprovou, no final de 2015, 14 projetos de financiamentos externos para estados e municípios. De acordo com o MPOG, as propostas pleiteadas por estados e municípios a organismos multilaterais e agências bilaterais de crédito somam investimentos de US\$ 1,41 bilhão.

Essa decisão configura uma importante vitória para prefeitos brasileiros que, articulados pela FNP, participaram no último ano de reuniões com representantes do governo federal em busca de celeridade na

aprovação das operações.

Conforme dados do MPOG, os projetos tratam de infraestrutura viária (US\$ 200 milhões), saneamento (US\$ 54 milhões), educação (US\$ 250 milhões), desenvolvimento social (US\$ 320 milhões) e desenvolvimento urbano (US\$ 588 milhões).

Para viabilizar operações de crédito internacionais de vários municípios, a FNP manteve contato permanente com o Congresso Nacional, Casa Civil, Tesouro Nacional e Subchefia de Assuntos Federativos.

Entre as reuniões dos prefeitos no segundo semestre de 2015, destaca as audiências com o presidente do Senado Federal, Renan Calhei-

ros, ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Ricardo Berzoini, e o então ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante.

O assunto foi acompanhado de perto pelo presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, e pelos prefeitos de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho, secretário-geral da FNP; de Manaus (AM), Arthur Virgílio, 1º Secretário da FNP; de Maceió (AL), Rui Palmeira, vice-presidente de Cultura da FNP; e de Jaboaão dos Guararapes (PE), Elias Gomes, vice-presidente de Políticas Sociais da FNP ■

VITÓRIA da FNP

CAE do Senado mantém limite anual do ISS no Simples Nacional em R\$ 3,6 milhões

A FNP comemorou mais uma significativa vitória em 2015. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, em reunião realizada dia 8 de dezembro para análise do Projeto de Lei de Câmara (PLC) 125/2015, manteve o limite anual do Simples Nacional em R\$ 3,6 milhões para recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS). A comissão aprovou também caráter de urgência para a tramitação da matéria.

Segundo o texto original do PLC, que prevê várias alterações no Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas, a proposta era de 14,4 milhões. Para a FNP, a aprovação de teto em 14,4 milhões extinguiria empresas prestadoras de serviço fora do Simples Nacional, retirando dos municípios, quase que por completo, a competência para legislar e administrar o seu principal imposto, o ISS, impossibilitando, assim, a adoção de políticas locais voltadas para o imposto. Além disso, não haveria tratamento favorecido algum para as pequenas empresas que realmente necessitam de apoio.

Para a FNP, não há motivo para dar tratamento diferente ao ISS em relação ao ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e In-

termunicipal e de Comunicação), já que a mudança poderia resultar em tratamento anti-isonômico entre os tributos, configurando inconstitucionalidade.

Para se ter uma ideia do impacto caso o projeto fosse aprovado como estava, com limite de 14,4 milhões, os municípios de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Porto Alegre (RS), Maceió (AL) e Boa Vista (RR), por exemplo, contariam, respectivamente, com apenas 2.900, 1.095, 388, 236, 64 e 13 contribuintes do ISS fora do Simples Nacional. Em termos relativos, isso significaria menos de 1% dos contribuintes fora do regime.

Articulação

Alterações no Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas, previstas no PLC 125/2015, foram discutidas no dia 3 de dezembro, na Secretaria Técnica do Comitê de Articulação Federativa (CAF), entre fóruns de secretários, que representaram a FNP, e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). O encontro foi um desdobramento das discussões iniciadas na reunião do CAF, realizada dia 19 de novembro, e teve como objetivo avançar nas propostas dos municípios para o projeto de lei ■

VITÓRIA da FNP

PEC dos Precatórios avança no Congresso



Prefeitos Carlos Grana e Maria Antonieta participaram de audiência pública, em outubro de 2015

A FNP encerrou 2015 com mais uma importante vitória. Após um forte trabalho de mobilização da entidade, a Câmara dos Deputados aprovou no dia 15 de dezembro, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 74/15, que muda o regime especial de pagamento de precatórios. Agora, a articulação segue no sentido de garantir que a matéria seja aprovada também no Senado Federal.

Segundo a prefeita de Guarujá (SP), Maria Antonieta de Brito, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, a aprovação da PEC na Câmara foi resultado do esforço coletivo de prefeitos em conciliar uma proposta com a OAB e Estado. "É uma grande conquista. Tramitou numa velocidade incrível e isto é significativo", declarou.

De acordo com o texto aprovado, substitutivo da comissão especial, os precatórios a cargo de estados, do Distrito Federal e de municípios

pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020. A exigência é um regime especial que permite o aporte de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida.

Prioridade para o pagamento dos precatórios

Durante o prazo de cinco anos, previsto na PEC, pelo menos 50% dos recursos destinados aos precatórios serão destinados para o pagamento dessas dívidas, em ordem cronológica de apresentação.

Como exceção para essa ordem está a preferência para os precatórios relacionados a créditos alimentares quando os beneficiários tiverem 60 anos ou mais, forem portadores de doença grave ou pessoas com deficiência. Entretanto, o valor será limitado a três vezes o da requisição de pequeno valor (débito dos governos pago diretamente sem precatório).

Nos estados, no Distrito Federal

e nos municípios, leis específicas podem determinar o valor, contanto que não seja inferior ao teto do benefício da Previdência Social (atualmente em R\$ 4.663,75).

Os outros 50% dos recursos, durante esses cinco anos do regime especial de pagamento, poderão ser usados para a negociação de acordos com os credores, com redução máxima de 40% do valor a receber, desde que não haja recurso pendente. A ordem de preferência dos credores deverá ser mantida.

Articulação institucional

Preocupação constante de prefeitos e prefeitas de todo o país, os precatórios consistem em dívidas contraídas pelos governos em todas as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento após o trânsito em julgado. Nesse sentido, a FNP promoveu várias discussões ao longo dos anos para discutir alternativas para o pagamento de precatórios.

Entre as ações propostas pela entidade e executadas pelos prefeitos da diretoria estiveram reuniões com parlamentares, com os presidentes da Câmara e Senado, além de audiências públicas. Em 2015, o tema foi tratado durante a 68ª Reunião Geral da FNP, realizada no dia 8 de outubro, em Brasília (DF), e é um dos pontos abordados na Carta dos Prefeitos aos Três Poderes da União ■

VITÓRIA da FNP

FNP pede mudanças na PEC da Desvinculação de Receitas da União

A FNP solicitou o apoio do deputado Laudívio Carvalho, relator da Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 4/2015, para mudanças na matéria. A sugestão da entidade é que a prorrogação da vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU), prevista na PEC, seja estendida também aos municípios. A PEC aguarda deliberação na Comissão Especial.

O objetivo do pedido da entidade é contribuir com a fle-

xibilização da execução orçamentária dos municípios, para que não interrompam serviços essenciais à população ao atravessar o momento adverso pelo qual passa a economia do país.

Originalmente, a proposta prorroga a vigência da DRU até 31 de dezembro de 2019 e também propõe a retirada escalonada da incidência da desvinculação de receita da arrecadação das contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social ■

RedeSimples tem o objetivo de desburocratizar a abertura e o fechamento de empresas



RedeSimples substitui projeto RedeSim

Em cerimônia no Palácio do Planalto, no dia 9 de dezembro, o governo federal lançou oficialmente a RedeSimples, mecanismo que permite que micro e pequenos empresários abram e fechem seus negócios online, com menos burocracia e mais agilidade. O evento contou ainda com a assinatura do novo convênio entre a FNP e o Serviço Brasileiro de Apoio às Mi-

cro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Para o diretor-presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, o lançamento marcou a remissão do país no quesito desburocratização. “Se antes se dizia que abrir uma empresa era difícil e fechar, impossível, hoje temos o orgulho em dizer que isso acabou. Serão agora minutos para se abrir ou fechar uma micro ou pequena empresa, tudo isso graças

ao sistema desenvolvido por nós, em parceria com os organismos do governo federal. A RedeSimples é um avanço para o Brasil”, frisou.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, os prefeitos brasileiros apóiam a RedeSimples para a melhoria do ambiente de negócios, pois consideram fundamental a simplificação, desburocratização e integração de procedimentos. “Em Belo Horizonte várias etapas do processo de abertura de uma empresa podem ser executadas pela internet, como a consulta de viabilidade de nome, atividade e local, e a entrada de dados”, exemplificou.

O projeto piloto da RedeSimples será realizado no Distrito Federal e posteriormente implantado em todas as unidades da federação. Segundo o governador do DF, Rodrigo Rollemberg, a Capital Federal

passa por problemas semelhantes a outras grandes cidades. “A burocratização para se abrir ou fechar uma empresa gera queda de receita para o município. Sabemos que entre a periferia do DF, 80% das empresas estão atuando de maneira ilegal, e isso não pode ocorrer. Temos que facilitar a vida do cidadão. Agradeço o então ministro Afif Domingo por ter escolhido a nossa cidade como piloto desse novo modelo”, disse.

O ministro-chefe da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, destacou que a RedeSimples será um ponto de partida para a implantação de novos e mais modernos modelos de negócios no Brasil. “A sociedade brasileira está dando passos para evoluir para uma relação de confiança na palavra do cidadão, ao invés de termos a conduta da burocracia e da desconfiança. Vamos punir aqueles que não

cumprem com sua palavra, mas vamos acreditar e simplificar a vida daqueles que honram a palavra que dão, dos que cumprem com o combinado entre o cidadão, pessoa física e pessoa jurídica e o estado (municipal, estadual e federal). Espero que possamos comemorar em breve a implantação, em todas as unidades da federação, a adesão a RedeSimples”, disse o ministro.

Na ocasião, Lacerda falou, ainda, sobre a assinatura do convênio entre a FNP e o Sebrae. “Da parceria destaque a realização do Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), que já se consolidou como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país e reúne bienalmente autoridades municipais, estaduais e federais em torno do assunto da sustentabilidade prática ligada aos municípios brasileiros” ■

FNP e Sebrae firmam novo convênio



país.

Lacerda falou, ainda, sobre o empenho dos prefeitos para a nova lei do Supersimples. “A FNP tem ouvido os Fóruns Municipais de Secretários de Desenvolvimento Econômico, de Procuradores e de Secretários de Finanças das Capitais para avançar nas propostas para essa nova legislação e fortalecer o Simples Nacional e os pequenos empreendedores”, contou.

Para o diretor-presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, uma das importâncias desse convênio é a oportunidade de, por meio da FNP, difundir a RedeSimples para todo o Brasil. “A RedeSimples passa a ser agora RedeSimples. Esse novo mecanismo será levado a sério por toda a rede Sebrae com afinco, e por isso a importância da parceria com a FNP”

EMDS

Com três edições realizadas, o EMDS está consolidado como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país. Por meio do novo convênio firmado entre a FNP e o Sebrae, será realizado o IV EMDS, norteado por assuntos fundamentais para o desenvolvimento sustentável dos municípios brasileiros.

“Em abril deste ano realizamos em parceria com o Sebrae o III EMDS, que reuniu mais de 9 mil participantes de 1.507 municípios brasileiros. O III EMDS mobilizou gestores públicos dos três níveis de governo para incluir o tema da sustentabilidade em seus programas e criar agendas positivas e propositivas em estreita relação com o desenvolvimento econômico local e a melhoria do ambiente de negócios”, afirmou Lacerda.

O lançamento da 4ª edição do Encontro aconteceu durante a 68ª Reunião Geral da FNP, em outubro do ano passado. O IV EMDS será realizado em abril de 2017, em Brasília (DF).

Convênios

Desde 2009 a FNP e o Sebrae desenvolvem importantes ações em conjunto. Para o prefeito Marcio Lacerda, essa parceria vem contribuído fortemente para a criação de um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento local sustentável, com foco no fomento dos pequenos negócios locais, implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e aprimoramento da gestão pública municipal ■

Decreto regulamenta troca de indexador de dívidas

O governo federal publicou, no dia 29 de dezembro, o Decreto nº 8.616/2015. O texto dispõe sobre os requisitos exigidos para que os municípios façam a adesão à troca do indexador das dívidas entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios. Até o dia 31 de janeiro, de acordo com a Lei Complementar 151/2015, a União teria que regulamentar a troca do indexador.

O indexador das dívidas de estados e municípios com a União foi alterado por meio da Lei Complementar nº 148/2014, aprovada em novembro de 2014. Dessa forma, as dívidas que eram corrigidas pelo IGP-DI + entre 6% e 9% ao ano, passam a ser calculadas pela taxa Selic ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (o que for menor) + 4% ao ano.

Para efetivar a troca do indexador serão celebrados termos aditi-

vos aos contratos já firmados com a União, e os municípios deverão apresentar autorização legislativa, conferência e concordância com os cálculos a serem fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e desistir de ações judiciais sobre o tema. Esse aditamento pode ser feito a qualquer momento, não se restringindo ao prazo de 31 de janeiro de 2016.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, a vigência do novo indexador se dará a partir do primeiro dia do mês subsequente à celebração dos termos aditivos. O Tesouro Nacional informou que serão encaminhados, até o dia 15 de janeiro, aos 180 municípios que possuem esse tipo de dívida com a União, o cálculo do novo saldo devedor e os novos valores das parcelas para que esses entes possam realizar suas conferências ■

Anamma realiza Censo

A Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), com apoio do ministério do Meio Ambiente (MMA), realiza até o dia 22 de março o Censo Nacional dos Órgãos Gestores Municipais de Meio Ambiente. Para responder, acesse o site www.anamma.org.br.

SEJA INOVADOR. NO SEU TEMPO, DO SEU JEITO.

A PÓS A DISTÂNCIA EM DIREITO MAIS INOVADORA E INTERATIVA DO PAÍS ACABA DE ABRIR INSCRIÇÕES PARA A 4ª TURMA. ESTUDE EM QUALQUER LUGAR, NA HORA QUE VOCÊ QUISER E COM OS MAIORES JURISTAS DO BRASIL.

CURSOS RECONHECIDOS
PELO **MEC**

MENSALIDADES A PARTIR DE

R\$ **309**,83

ESPECIALIZAÇÃO EM TODAS AS ÁREAS DO DIREITO

DIREITO PÚBLICO

NOVO

DIREITO E GESTÃO MUNICIPAL

NOVO

CORRUPÇÃO: CONTROLE E REPRESSÃO
A DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS

NOVO

DIREITO ELEITORAL

NOVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO E PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

DIREITO CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CIÊNCIAS CRIMINAIS

ACESSE: POSESTACIO.CERS.COM.BR



PÓS-GRADUAÇÃO | MBA

A PÓS QUE ACOMPANHA VOCÊ

Prefeitos contribuem para o documento sobre mudanças climáticas na COP 21

Prefeitos brasileiros estiveram em Paris (França), de 30 de novembro a 11 de dezembro, para participar da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21). Na ocasião, autoridades internacionais reconhecem a importância dos governos locais para o enfrentamento do aumento da temperatura na Terra.

Entre os destaques da COP 21 esteve a Cúpula Climática, realizada no dia 4. O encontro dedicado a líderes locais, em busca do comprometimento com a redução das emissões de gases de efeito estufa, foi o momento em que prefeitos e outros líderes políticos consolidaram uma carta para influenciar as negociações expondo o ponto de vista municipalista. O documento, aclamado por mais de 1000 líderes locais, foi entregue ao ministro de Relações Exteriores da França e presidente da COP 21, Laurent Fabius, no dia 5.

Segundo a prefeita de Paris, Anne Hidalgo, a humanidade deve adaptar-se e limitar o aquecimento global. “Nós trazemos uma contribuição decisiva na negociação e juntos podemos representar 50% da solução”, falou a prefeita anfitriã em referência ao papel dos prefeitos.

Como resultado da Cúpula Climática, prefeitos entregaram secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban-ki Moon, o documento Declaração de Paris, no qual mais de 400 cidades do mundo se comprometeram a reduzir as emissões do dióxido de carbono (CO₂) até 2030 (o documento está disponível no site www.fnp.org.br).

A comitiva de governantes locais brasileiros em Paris foi composta

pelo prefeito Marcio Lacerda (Belo Horizonte/MG), presidente da FNP; Eduardo Paes (Rio de Janeiro/RJ), vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional; Carlos Amastha (Palmas/TO), vice-presidente Estadual de Tocantins; e Antônio Luiz Carvalho Gomes (Itu/SP) e a vice-prefeita de São Paulo (SP), Nádia Campeão.

Além dos brasileiros, outros governantes locais de diversas partes do mundo participaram da Cúpula, entre eles Piero Fassino (Turim - Itália), Manuela Carmena (Madrid - Espanha), Ada Colau (Barcelona - Espanha) e Mitch Landrieu (Nova Orleães - EUA).

Iniciativa dos Governos Locais no combate e adaptação às mudanças climáticas

A programação sugerida pela FNP aos prefeitos teve início no dia 3 de dezembro, com uma agenda proposta pela entidade, em parceria com o ministério do Meio Ambiente e com a Embaixada do Brasil na França. Na ocasião, a delegação brasileira apresentou iniciativas locais de combate e adaptação às mudanças climáticas e de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no âmbito municipal.

Nesse sentido, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, citou o EMDS e o Fórum Vida Urbana, ambos eventos promovidos pela FNP, como iniciativas importantes para discutir sobre adaptação e mitigação dos problemas enfrentados pelos municípios com as mudanças climáticas. “A ideia da reunião é aproveitar os vários quórums para

o dialogo e engajamento dos prefeitos, ainda mais diante da situação que estamos vivendo no município de Mariana, pela questão do desastre ocasionado pela mineradora Samarco”, disse.

Para o presidente da FNP, não apenas o governo brasileiro, mas também autoridades mundiais, como o papa Francisco, que recebeu, em julho deste ano, prefeitos de diversas partes do mundo, reconhecem a importância das cidades para a tomada de decisões globais. “A conclusão é que mesmo que os governos, a nível global, não alcance os acordos necessários, há muito o que fazer nas cidades em relação ao problema dos gases de efeito estufa”, disse.

Segundo o prefeito Marcio Lacerda, 60% dos gases de efeito estufa saem das regiões urbanas. “Naturalmente decisões de caráter macroeconômico e de política energética internacional precisam ser tomadas. O Brasil já deu um avanço importante na questão da redução do desmatamento, mas ainda há muito o que fazer”, concluiu.

Encontro de prefeitos e prefeitas da América Latina

Representantes de 56 cidades latino americanas, entre eles 28 prefeitos, estiveram reunidos no âmbito da COP 21, para consolidar posicionamentos conjuntos e construção de articulações para que a realidade da América Latina esteja representada em instituições e encontros globais.

Segundo Nádia Campeão, a realidade das cidades latino americanas precisa chegar de forma coesa e ter visibilidade. “Todas essas articulações que realizamos nos últimos anos podem fazer com que essa representação seja mais forte”, disse. A vice-prefeita de São Paulo falou, ainda, sobre a Rede Mercocidades, da qual o prefeito da capital paulista, Fernando Haddad,

1º vice-presidente da FNP, acaba de assumir presidência. “Estamos aqui com grande parte da diretoria. A prefeita Mónica Fein (Rosário, na Argentina) que representa justamente a vice-presidência ligada às questões ambientais e mudanças climáticas”, considerou.

Compacto de prefeitos

“Se dermos suporte às cidades médias tenho 100% de certeza que os problema de inchaço das grandes cidades irá se desfazer.” A frase foi dita pelo prefeito Carlos Amastha, vice-presidente Estadual da FNP, no Compacto de Prefeitos, realizado no dia 7.

Em sua intervenção, o prefeito destacou a importância das cidades médias fazerem seus planejamentos urbanos de forma adequada e citou a capital do Tocantins como exemplo. “Nós sabemos que na América Latina mais de 80% da população vive nas cidades. A boa notícia é que 65% dessas pessoas vivem em cidades médias”, falou.

Na oportunidade, Amastha também citou sua participação em um evento preparatório para a reunião da ONU-Habitat III, em Cuenca (Equador). “Vou repetir o que disse em Cuenca, nesta sala: hoje não é mais o tempo das nações, mas sim o tempo das cidades”, conclui ■



Prefeitos de todo o mundo se comprometem em diminuir as emissões de CO₂



Ministra Izabella participa de reunião sobre desastre ambiental

Em Paris, prefeito de Mariana busca apoio técnico de instituições internacionais

“Nós precisamos pensar na cidade como um todo, como um futuro. Agora é a hora de dar o primeiro passo”. A frase do prefeito de Mariana (MG), Duarte Júnior, vice-presidente de Desastres Ambientais da FNP, resume um dos propósitos do governante na viagem a Paris (França), para a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21). O prefeito foi a Paris por meio da parceria da FNP com o Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades (FMDV), em busca de apoio técnico para a reconstrução das cidades atingidas com o rompimento da barragem Fundão, em novembro de 2015.

Reunião com instituições internacionais

Duarte Júnior esteve reunido com representantes de diversas instituições internacionais. O objetivo foi discutir possíveis soluções para o enfrentamento dos desafios relativos ao desastre ambiental e socioeconômico que atingiram os municípios mineiros e capixabas, com o rompimento da barragem Fundão.

Na ocasião, ficou acordada

a instituição de um comitê, que reunirá diferentes instituições a fim de dar prosseguimento para a reconstrução dos municípios. O desdobramento desta proposta se dará no Brasil.

Segundo o prefeito, o que ocorreu em novembro, no Brasil, foi uma “tragédia que machuca muito”. Para ele, esse desastre demonstra a necessidade de mudança quanto à preservação ambiental. “Viemos aqui em busca de experiências de diversidade econômica. Aprender com quem já passou por isso”, falou.

Duarte Júnior apontou a importância de um plano de ação mais efetivo para a mineração e falou também de sua vontade de tornar o distrito Bento Rodrigues em um memorial. “Queremos e vamos lutar muito para que lá se torne um memorial em que as pessoas possam fazer suas orações e que possamos entender que precisamos nos relacionar melhor com o meio ambiente”, completou.

Participaram da reunião representantes do ministério de Relações Exteriores da França, e de instituições como Organização das Nações Unidas para a Educação,



Prefeito de Mariana busca apoio técnico de organismos internacionais

a Ciência e a Cultura (Unesco), World Resources Institute (WRI), Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade, FMDV, Fundação Avina, Geenpeace, Agence Française de développement (AFD) e Cités Unies France.

Mariana como patrimônio da humanidade

Dando continuidade a agenda, o prefeito também se reuniu com a Representante Permanente do Brasil junto à Unesco, Eliana Zugait, com o objetivo de trabalhar

para que Mariana torne-se patrimônio da humanidade, reconhecido pela Unesco.

Segundo o prefeito, essa reunião vai ter desdobramentos no Brasil. “Precisamos marcar com o ministério do Meio Ambiente e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para iniciar um projeto, que é pensar Mariana como um patrimônio mundial”, disse.

O prefeito reforçou a vontade de transformar o distrito Bento Rodrigues como um memorial.

“A nossa intenção é criar um memorial para que o mundo nunca esqueça o maior desastre ambiental que já ocorreu na história do país”, falou Duarte Júnior, que pediu apoio da Unesco também para esse projeto.

No Brasil, a paisagem cultural do Rio de Janeiro (RJ), o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, o centro histórico de Salvador (BA) e o Plano Piloto, em Brasília (DF), são alguns exemplos reconhecidos pela Unesco como patrimônios da humanidade ■

Conama tem novo representante da FNP

O prefeito de Mariana (MG), Duarte Júnior, vice-presidente para Desastres Ambientais da FNP, é o novo representante titular da entidade no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Duarte substituiu o prefeito de Bauru (SP), Rodrigo Agostinho, membro do conselho fiscal da FNP, e participará do colegiado ao lado de representantes

de órgãos federais, estaduais, do setor empresarial e da sociedade civil.

A indicação de Duarte para o Conselho foi feita no dia 8 de dezembro pelo presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, e está relacionada aos desafios de conduzir a gestão em Mariana, município diretamente atingido pelo rompimento da barra-

gem Fundão, no dia 5 de novembro.

O Conama, presidido pela ministra Izabella Teixeira, é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90 ■

Prefeitos assumem vice-presidência do Comitê de Cultura da CGLU

Os prefeitos de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, e de Porto Alegre (RS), vice-presidente de Relações Institucionais da FNP, José Fortunati, foram nomeados, dia 5 de dezembro, vice-presidentes do Comitê de Cultura da Rede de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). O anúncio foi feito no Bureau Executivo da CGLU, durante a

21ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), COP21, em Paris (França).

Os mandatos seguem até outubro de 2016, no Congresso Mundial da CGLU. Nesse período, o objetivo é demonstrar que as políticas culturais que aplicam em seus municípios possam ser exemplos a outros municípios.

Fórum de Desenvolvimento Econômico traça metas para 2016

Integrantes da Comissão Executiva Nacional do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico estiveram na sede da FNP, em Brasília (DF), nos dias 15 e 16 de dezembro, para alinhar o planejamento das atividades que irão desenvolver em 2016. O grupo teve ainda um encontro com o diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Affif Domingos para traçar, em conjunto com a FNP, as atividades do Fórum em 2016.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico de Camaçari (BA), Djalma Machado, em 2016, o Fórum irá encampar dois assuntos. “Nós alinhamos propostas e ações com foco nas compras públicas e na implementação da RedeSimples”, falou.

Para que isso seja desenvolvido, o secretário-executivo da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC, Giovanni Rocco, explicou que a estratégia é utilizar a estrutura dos fóruns. “Vamos escrever um projeto em conjunto com o Sebrae Nacional que vai fazer interlocução com os fóruns estaduais e regionais”, completou.

No Congresso

Modernização da Lei do ISS

A FNP tem acompanhado a tramitação do PLP 386/2012, que prevê modernização na legislação do Imposto Sobre Serviços (ISS). A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados em 2015 e está na pauta do plenário do Senado em regime de urgência. A FNP tem mobilizado parlamentares pela deliberação favorável ao texto originalmente aprovado no Senado, no entanto, a falta de consenso para votação ainda no ano passado frustrou a possibilidade de aumento da arrecadação já em 2016.

Conselho de Gestão Fiscal

O PLS 141/2014, que prevê a implantação do Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal no dia 1º de dezembro. A proposição, que agora tramita na Câmara dos Deputados, está sob a designação de PLP 210/2015.

Legitimidade para entidades municipalistas proporem ADI

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou parecer do Senador Antonio Anastasia favorável à PEC 73/2015, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares. A proposta, que altera o art. 103 da Constituição Federal para permitir que entidades de representação de municípios de âmbito nacional possam propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, segue para deliberação do plenário e pode ser incluída na ordem do dia em fevereiro. A iniciativa atende reivindicações pelo aperfeiçoamento do Pacto Federativo.

CPMF

O deputado Arthur Lira foi designado relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJC) para avaliação da admissibilidade da PEC 140/2015. A Proposta trata da reinstauração, em caráter temporário, da CPMF para custeio da Previdência Social. A FNP defende que os recursos sejam compartilhados com os municípios e exclusivamente destinados à saúde.

Repatriação

PLC 186/2015, que trata da repatriação de recursos mantidos no exterior não declarados à Receita Federal, já foi aprovado na Câmara e no Senado. O texto, que seguiu para sanção presidencial, cria um regime especial de regularização dos bens e ativos de origem lícita, fixando um tributo único para a legalização.

Ministro do TCU adia instituição de novos cursos de medicina em 39 municípios



Paulo Negreiros / FNP

Ministra Ana Arraes recebeu os prefeitos

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, no dia 9 de dezembro, pediu vista do processo que avalia os recursos que impedem o prosseguimento do edital do ministério da Educação (MEC) que institui novos cursos de medicina em 39 municípios brasileiros. Assim, não houve deliberação sobre o caso, ficando para este ano a decisão.

No dia 1º de dezembro, prefeitos da FNP participaram de audiência com a ministra, Ana Arraes, do TCU com o objetivo de solicitar celeridade no processo. Além da ministra, os prefeitos visitaram os gabinetes de outros ministros da Casa buscando apoio. Outro grupo de prefeitos foi recebido pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que sinalizou apoio à demanda dos prefeitos.

Com o pedido de vistas, o processo se arrastará pelos primeiros

e que aguarda resposta.

O aumento no número de vagas faz parte da estratégia do programa “Mais Médicos para o Brasil” para aumentar o número de profissionais no país. Esses novos cursos de medicina vão mudar a realidade atual, de concentração de vagas para futuros médicos nas capitais. A expansão das vagas terão resultados em longo prazo. A meta é chegar a 2026 com 2,7 médicos por mil habitantes (mesmo taxa do Reino Unido), 11.447 novas vagas de graduação em 2017 e 12.372 vagas de Residência Médica em 2018.

De acordo com o prefeito de São Bernardo do Campo (SP) e secretário-geral da FNP, Luiz Marinho, a celeridade é fundamental para não prejudicar os municípios que já passaram por todos os critérios previstos no edital e que se encontram preparados para a abertura do curso de medicina. “Estamos cientes dos

meses de 2016, inviabilizando o processo de abertura de 2.290 vagas de cursos de medicina selecionados pelo MEC. O próprio MEC divulgou nota afirmando que tomou as medidas necessárias para a revisão da decisão do TCU

recursos, mas nosso pedido é que ainda este ano tenhamos avanço e não prejudiquemos os municípios que já estão preparados, nem o cronograma de formação de novos médicos”, afirmou durante audiência no TCU.

Também estiveram presentes na reunião do dia 1º de dezembro os prefeitos de Contagem (MG) e vice-presidente de Participação Popular da FNP, Carlin Moura, Três Rios (RJ) e vice-presidente de Desenvolvimento Econômico Local da FNP, Vinicius Farah, Cachoeiro do Itampemirim (ES), Carlos Casteglione, Araçatuba (SP) e vice-presidente de Reforma Tributária da FNP, Cido Sériro, de Araras (SP), Nelson Dimas Brambilla, de Limeira (SP), Paulo Cezar Junqueira Hadich, de Poços de Caldas (MG), Eloisio do Carmo Lourenço, de Jaraguá do Sul (SC), Dieter Janssen, de Rio Claro (SP), Du Altimari e o vice-prefeito de Jabotão dos Guararapes (PE), Heraldo de Albuquerque Selva Neto. Os municípios de Alagoinhas (BA), Campo Mourão (PR) e Guarujá (SP) enviaram secretários municipais como representantes, o secretário Reginaldo Paiva, Márcio André Alencar de Almeida, Priscilla Maria Bonini e Rui de Paiva, respectivamente, além do deputado Zeca Dirceu ■

FNP indica representante para o CNPC

O secretário de Cultura de Porto Alegre (RS), Roque Jacoby, é o atual representante titular da FNP no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Como suplente, o diretor-presidente da Fundação Garibaldi Brasil, de Rio Branco (AC),

Rodrigo Cunha Forneck. A FNP fez as indicações no dia 14 de dezembro.

O CNPC é um órgão colegiado integrante da estrutura básica do ministério da Cultura, cujo objetivo é propor a formulação de políticas públicas, promover a articulação

e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional. O CNPC é presidido pelo ministro da Cultura, Juca Ferreira ■

Comitê Gestor do ITR realiza última reunião de 2015

Integrantes do Comitê Gestor do Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural (CGITR) fizeram um balanço das atividades e as perspectivas para 2016, no dia 10 de dezembro. O encontro ocorreu no ministério da Fazenda, em Brasília (DF), e contou com a participação de representantes da FNP, de outras entidades municipalistas e de autoridades da Administração Tributária Federal.

De acordo com os integrantes do CGITR que atuam na área de fiscalização, os municípios conveniados receberam, até setembro deste ano, aproximadamente R\$ 850 milhões com o imposto. Ainda durante o encontro o Comitê destacou que é de extrema importância que os municípios informem o Valor da Terra Nua por hectare (VTN/ha) para atualizar o Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal.

Municípios que não dispõem de instrumentos próprios para a apuração do VTN médio, podem se utilizar dos valores disponibilizados para sua região por órgãos estatais que divulgam os valores apurados, como as Secretarias Estaduais de Agricultura, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e órgãos correlatos ■

PROGRAMA
**LEITE
EM CASA**



GUARULHOS CRESCENDO JUNTO COM VOCE

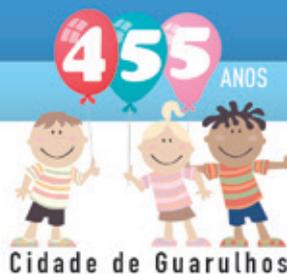
NOSSAS CRIANÇAS APRENDENDO MAIS E MELHOR.

Crescer com saúde faz muito bem para a educação e essas são as marcas do Programa Leite em Casa que, desde 2013, investe na entrega do leite para crianças das escolas municipais de Guarulhos.

- Mais de 110 mil alunos beneficiados;
 - Mais de 1.300 toneladas de leite distribuídas todos os anos;
 - Economia de mais de R\$ 500,00 por ano para cada família.
- Mais saúde e qualidade de vida para as crianças e suas famílias.

É Guarulhos crescendo junto com você.

Anairis Souza Santos
Moradora do bairro
do Pimentas



**PREFEITURA
DE GUARULHOS**

Saiba mais: www.guarulhos.sp.gov.br

Parceria com a UE de prevenção à exploração sexual tem nova etapa com as Olimpíadas



Prefeito de Cariacica destaca importância da proteção à infância

Durante o encerramento do primeiro projeto realizado pela FNP e Iscos Piemonte, cofinanciado pela União Europeia (UE) para ações em rede de proteção a crianças e adolescentes durante grandes eventos foi apresentado o projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos direitos de crianças e adolescentes”. A cerimônia foi no dia 4 de dezembro, no Rio de Janeiro (RJ), durante visita técnica de gestores e secretários de políticas para a proteção de infância e adolescência das cidades-sede da Copa do Mundo que participaram do projeto.

Na ocasião, também foi detalhado

o projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos direitos de crianças e adolescentes”, aprovado recentemente pela União Europeia e que também será realizado pela FNP, com a parceria da Associação VivaRio e Iscos Piemonte. Esse novo projeto contará, ainda, com o apoio dos municípios de Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS) e da Rede Internacional ECPAT (End Child Prostitution Child Pornography and Trafficking of Child for Sexual Purpose).

Além da solenidade, o grupo de gestores e secretários estiveram na capital fluminense para conhecer os equipamentos e programas dedicados

à proteção da infância e adolescência e redigir, em conjunto documento final do projeto.

Realizado pela FNP e a instituição italiana ISCOS Piemonte e cofinanciado pela União Europeia por meio do programa de cooperação “100 cidades para 100 projetos Itália-Brasil”, o projeto foi desenvolvido durante a Copa do Mundo de Futebol, no Brasil, com início em junho de 2013 e vigência de 30 meses. O projeto também contou com a participação do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI/CN), e a coordenação do prefeito de Curitiba (PR), Gustavo Fruet, atual vice-presidente de Urbanismo e Licenciamento da FNP.

Encerramento

Durante o evento, foi apresentado o Relatório Final de Projeto, redigido pelos representantes de cidades que foram sede da Copa do Mundo - Belo Horizonte (MG), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

e São Paulo (SP), e, como observador, o prefeito da cidade de Cariacica (ES), vice-presidente de Esportes da FNP, Juninho. “Nós finalizamos um processo e aproveitamos para dar subsídio para fortalecer o que já foi vivenciado, executado, mas também pensando no presente e no futuro”, destacou.

O prefeito, que será um dos anfitriões do novo projeto, ressaltou a importância do crescimento da rede de proteção à infância e juventude, desenvolvida em âmbito nacional pelo programa. “Tenho a certeza que quando aperfeiçoarmos ainda mais a rede de proteção teremos um país cada vez mais livre dos crimes contra crianças e adolescentes”, disse Juninho.

Já o secretário nacional de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Rodrigo Torres, “A consciência de que podemos trabalhar de maneira integrada, por meio de campanha, esforços e metodologias é o nosso grande legado. É uma referência para um trabalho não só até as Olimpíadas como para os próximos três anos”, ressaltou Rodrigo.

“Minha presença aqui significa que a Itália está nas primeiras linhas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Esse é um tema muito importante, como é evidente, e fico orgulhoso por ter diversas organizações italianas apoiando esse tipo de projeto. Então, tudo que puder ser feito para o combate e prevenção aos crimes contra crianças e adolescentes é bem-vindo e espero ver no futuro resultados concretos no país”, disse o cônsul-geral da Itália no Brasil, Riccardo Battisti.

Além de Battisti e do prefeito Juninho, a cerimônia de encerramento teve a presença do secretário nacional de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Rodrigo Torres; o vice-prefeito do Rio de Janeiro, Adilson Nogueira Pires; o Chefe da Seção de Desenvolvimento e Cooperação da União Europeia no Brasil, Thierry Dudermeil; Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, Mario Sergio Pinheiro e o prefeito de Tanguá (RJ), Valber Luiz Marcelo de Carvalho ■

Governo federal convoca governadores e prefeitos para a luta contra o Zika Vírus

Reunida com governadores de diversos estados brasileiros e com dirigentes de entidades municipalistas, entre elas a FNP, a presidente da República, Dilma Rousseff, anunciou como medida de combate ao Zika Vírus a elaboração de uma campanha nacional. A audiência ocorreu em Brasília (DF), no dia 8 de dezembro.

De acordo com dados apresentados pelo ministro da Saúde, Marcelo Castro, até o dia 5 de dezembro tinham sido notificados 1.761 casos da doença, em 422 municípios, de 14 unidades da federação. Somente o estado de Pernambuco contabiliza 783. “Precisamos de um trabalho urgente, destruindo os criadouros de mosquito, que é caracterizado por qualquer água acumulada. Nossa grande ação é essa agora”, falou.

No que tange a campanha nacional, o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, explicou que será criada uma grande operação, com uma sala de atuação federal, envolvendo todos os estados, municípios e organismos envolvidos

no combate. “A guerra é contra o mosquito”, disse.

Lacerda contou que durante a reunião, a presidente Dilma Rousseff registrou pontos importantes, entre eles a questão da entrada em imóveis fechados. “Essa

é uma questão jurídica complicada, que requer uma pacificação jurídica a nível nacional”, falou.

Outra preocupação do governo federal é para que as mulheres evitem o contato com o mosquito. A recomendação do ministério da Saúde é que utilizem calças e blusas de mangas compridas, meia e sapato. “Nossa principal preocupação é com mulheres em período fértil e gestantes, sobretudo nos três primeiros meses. O vírus tem predileção pelo sistema nervoso central, contaminando as crianças nos meses em que o cérebro está sendo formado, daí a microcefalia”, completou o ministro da saúde.



Combate ao mosquito é prioridade

Além do prefeito Marcio Lacerda, a FNP também esteve representada pelo prefeito de Aparecida de Goiânia (GO), Maguito Vilela, 2º vice-presidente Nacional.

Novas tecnologias

Segundo o ministro, existem novas tecnologias de combate ao vírus, mas que ainda não estão disponíveis. Entre elas um mosquito transgênico, um segundo, contaminado por uma bactéria que é transmitida a outros mosquitos e a vacina da dengue desenvolvida pelo Instituto Butantan, já aprovada pela Anvisa ■

Lei estipula novo prazo para parcerias da administração pública com ONGs

Tema recorrente na pauta dos prefeitos, o novo prazo para o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil foi sancionado pela presidente da República, Dilma Rousseff, e publicado no Diário Oficial da União (DOU), do dia 15 de dezembro. A lei nº 13.204 estabelece as novas regras das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs/ONGs).

O texto mantém a possibilidade de que entidades com diretoria composta por detentores de mandato eletivo possam celebrar parcerias com a administração pública, desde que o dirigente não seja simultaneamente representante das duas partes. Esse item foi uma reivindicação da

FNP, que é gerida exclusivamente por prefeitos em exercício dos mandatos.

Outra reivindicação da FNP sobre a matéria foi quanto ao prazo de aplicação da lei nos municípios. De acordo com o texto, as novas regras devem ser aplicadas nos municípios a partir de 1º de janeiro de 2017, no entanto aqueles que já estiverem aptos já podem aplicá-

las. Essa foi uma das questões debatidas durante a 68ª Reunião Geral da FNP, realizada em outubro de 2015. Na ocasião, a plenária deliberativa de prefeitos levantou a preocupação sobre o impacto orçamentário que causaria se a entrada em vigor da nova legislação ocorresse em janeiro de 2016 ■

VITÓRIA da FNP



MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CÍVIL

EM ANDAMENTO NOVO
TREVO
DE BONSUCESSO

GUARULHOS CRESCENDO JUNTO COM VOCE

UMA OBRA VIÁRIA PARA MELHORAR A VIDA DE MILHARES DE MORADORES DA CIDADE.

A obra do Novo Trevo de Bonsucesso é fundamental para melhorar a mobilidade em toda a cidade de Guarulhos.

Sob a Via Dutra, prosseguem em ritmo acelerado, a canalização do córrego Água Chata e o alargamento das pistas do viaduto.

A obra beneficiará a população dos bairros do Pimentas, Bonsucesso, Cumbica e Presidente Dutra com redução do congestionamento e ampliação dos acessos à região.

- Mais de 150 mil veículos circularão com mais rapidez;
- Mais de 110 mil passageiros economizarão tempo nas viagens;
- Mais de 1730 viagens de ônibus municipais;
- Serão três viadutos para facilitar o tráfego da região;
- Alças de acesso independentes para todos os bairros;
- Faixas de pedestre revitalizadas e outras novas implantadas.

O Novo Trevo de Bonsucesso ajudará no escoamento do trânsito, reduzirá o tempo de trajeto, trazendo mais segurança e conforto para todos.

É Guarulhos crescendo junto com você.

Zenivaldo Souza Santos
Morador do bairro do Pimentas



Saiba mais: www.guarulhos.sp.gov.br

Seus **processos** levam
muito tempo **tramitando**
em **papel?**

Sua **prefeitura** tem
um acervo documental
gigante?

Nós da **Sinax** temos a **solução** e
a **tecnologia** para que a sua prefeitura
tenha agilidade em seus processos.

Aumente a arrecadação,
organize-se frente ao futuro.



[41] 3039-9652 | [41] 3501-0906 | www.sinax.com.br